



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NOROESTE DE MINAS
Ata da 128ª reunião, realizada em 13 de março de 2025

1 Em 13 de março de 2025, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas (URC NOR)
2 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: a presidente suplente Kamila Esteves Leal, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público: Álvaro de Moura Goulart, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Erica Francisca de Paula Araújo, da Secretária de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e
7 Parcerias (Seinfra); Hamilton Viana Neves Júnior, do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas
8 Gerais (Idene); Fillipe Eduardo de Barros Roela, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Marcelo
9 Ribeiro Pereira, do Conselho Regional de Biologia 4ª Região (CRBio-04); Carolina Frare Lameirinha, do Ministério
10 Público de Minas Gerais (MPMG); Nirlane Cristiane Silva, da Prefeitura de Unaí. Representantes da sociedade civil:
11 Monicke Sant' Anna Pinto de Arruda, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Leontino
12 Monteiro dos Santos, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago Diógenes
13 Cardoso Rocha, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Ediene Luiz Alves, da
14 Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja
15 MG); Daniela Alves Viali, da Associação Ambiental Sustenta Minas; Cristiane Aparecida de Mendonça, do Serviço
16 Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental,
17 a presidente suplente Kamila Esteves Leal declarou aberta a 128ª reunião da Unidade Regional Colegiada
18 Noroeste de Minas. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3)**
19 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Carolina Frare Lameirinha/MPMG: "O meu registro é o mesmo
20 da nossa última reunião. Eu sei que vai ser até o tema da exposição que vai ser feita aqui na sequência, mas eu
21 verifiquei os tópicos desta reunião e gostaria de saber qual vai ser o encaminhamento agora devido à
22 regulamentação da possibilidade de conversão das multas." Presidente Kamila Esteves Leal: "Nós teremos a
23 manifestação da equipe da Unidade Regional de Fiscalização a respeito dos dois itens, pois nós tivemos adesão
24 ao programa de conversão de multas pelos dois itens. E a Renata, que é a coordenadora do Núcleo de Autos de
25 Infração irá se manifestar. No momento que tiver a leitura dos itens, nós vamos explicar direitinho, e ela vai se
26 manifestar." **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 127ª**
27 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 127ª reunião da Unidade Regional Colegiada Noroeste de Minas,
28 realizada em 13 de fevereiro de 2025. Votos favoráveis: Seapa, Seinfra, Idene, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura
29 de Unaí, Faemg, Siamig, Aprosoja, Sustenta Minas e Senar. Abstenção: Fiemg. Ausência: Zeladoria do Planeta.
30 Justificativa de abstenção. A conselheira Monicke Sant' Anna Pinto de Arruda, representante da Fiemg, justificou
31 abstenção de voto pelo motivo de não ter participado da reunião anterior. **6) PROGRAMA ESTADUAL DE**
32 **CONVERSÃO DE MULTAS AMBIENTAIS - PECMA. Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
33 **Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Renata Alves dos Santos, da Unidade Regional de Fiscalização Ambiental
34 Noroeste de Minas, e Carlos Silveira, da Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos da SEMAD,
35 fizeram apresentações sobre o Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais. **7) PROCESSOS**
36 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO. 7.1) Luciano Rodrigues Branquinho.**
37 **Fazenda Jiboia. Desmatar através do corte raso com destoca uma área de 146.1432 hectares de vegetação**
38 **nativa de tipologia de Cerrado sensu stricto em área comum sem autorização do órgão ambiental. Apreensão:**
39 **4.482 m³ de Lenha floresta nativa. Unaí/MG. PA/CAP/Nº 792448/23. AI/Nº 326272/2023. Apresentação: URFis**
40 **NOR. Retorno de vista pelos conselheiros Leontino Monteiro dos Santos, representante da Federação da**
41 **Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Sérgio de Carvalho Coelho, representante do Serviço**
42 **Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG). Processo retirado de pauta pela Presidência por perda de objeto**
43 **devido à adesão ao programa de conversão de multas ambientais. 7.2) Luiz Carlos da Silva. Fazenda Vereda**
44 **Grande Araras, Fazenda Galheiros Gleba I e Fazenda São Gonçalo Bonito ou Bocaina. Supressão com desmate**

45 e destaca de vegetação nativa referente ao bioma Cerrado comum em cinco polígonos com a retirada do
 46 material lenhoso. A mensuração das áreas das intervenções totalizou 218,9048 hectares de desmate e um total
 47 de 3.649 m³ de lenha. Formoso/MG. PA/CAP/Nº 799764/24. AI/Nº 370021/2024. Apresentação: URFis NOR.
 48 Retorno de vista pelos conselheiros Leontino Monteiro dos Santos, representante da Federação da Agricultura
 49 e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Sérgio de Carvalho Coelho, representante do Serviço Nacional
 50 de Aprendizagem Rural (Senar/MG). Processo retirado de pauta pela Presidência por perda de objeto devido à
 51 adesão ao programa de conversão de multas ambientais. 8) **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO**
 52 **RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL.** 8.1) **Ronaldo Magessi Rocha e**
 53 **Outro. Paracatu/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0045884/2023-22. Tipo de Intervenção: Corte ou aproveitamento de**
 54 **árvores isoladas nativas vivas. Área Requerida: 177,8300 e supressão de 388 árvores. Área Passível de**
 55 **Aprovação: 0,0000 ha e supressão de 0 árvores. Fitofisionomia: Cerrado Ssensu Stricto. Estágio de Regeneração:**
 56 **Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.** Processo baixado em diligência pela Presidência, após discussão
 57 nesta sessão, considerando manifestação da URFBio Noroeste. Marcos Roberto Batista Guimarães/URFBio
 58 Noroeste: “Como eu disse inicialmente, é um caso atípico mesmo, então essa condição faz com que tenhamos
 59 que tomar algumas decisões até mesmo no encaminhamento da votação, questões regimentais... No caso
 60 concreto, nós tivemos a decisão judicial com um prazo bastante curto para pautar o processo; para tomar a
 61 decisão e pautar. Mandado de segurança. Então por essa razão surgiu a dúvida: ‘eu vou reconsiderar ou cumprir
 62 a decisão judicial? Então nós optamos a cumprir a decisão judicial e trazer aqui para apreciação do Conselho... A
 63 decisão do Conselho acaba cumprindo aquilo que tem na decisão judicial... Qual é a opinião que o IEF traz para
 64 vocês conselheiros formarem o seu juízo de convicção e a presidente levar para a votação? A nossa opinião é no
 65 seguinte sentido: nós acatamos os argumentos do proprietário, entendemos que, de fato, não houve a
 66 fragmentação. Porém, nós precisamos fazer as análises dos outros elementos, as compensações, o volume, as
 67 taxas, as plantas. Então nesse sentido, presidente, nós precisamos encaminhar a votação da melhor forma para
 68 que vocês defiram o recurso do empreendedor determinando o retorno para a análise, que é o pedido subsidiário
 69 do recurso. O pedido principal do recurso é um pedido até impossível, que o Conselho emita a autorização. Como
 70 que vocês vão emitir uma autorização ou decidir para que o IEF emita uma autorização sem ter sido feita a análise
 71 técnica? Seria uma irresponsabilidade muito grande de todos nós. Então o que nós propomos é que seja
 72 encaminhada alguma formatação de votação para que o processo retorne para a análise. Então o deferimento
 73 com o retorno à análise... O ponto de baixar em diligência eu não sei se atenderia tanto. Porque ia baixar em
 74 diligência para qual situação? Só para mudarmos o parecer 85 e trazer na próxima reunião o parecer pelo
 75 acatamento, e vocês votarem favorável ao nosso parecer? Então talvez ganharíamos mais 30 dias, que eu acho
 76 que é o que o produtor deseja também, ganhar mais tempo na análise do processo dele.” Presidente Kamila
 77 Esteves Leal: “Eu vou pedir também para que o processo seja baixado em diligência, porque esse processo precisa
 78 ser analisado pelo IEF para ter um retorno. E, provavelmente, o retorno vai ser mais rápido para o empreendedor.
 79 Caso seja necessário, o IEF vai solicitar maiores informações também. E como o processo não teve análise e tem
 80 todas as questões trazidas pelo Marcos, pelo supervisor Marcos, acredito que será melhor o processo ser baixado
 81 em diligência para que ele retorne. Às vezes não será nem necessário retornar porque o processo pode até ser
 82 deliberado para deferimento. Então eu vou baixar esse processo em diligência. Então eu peço para a equipe da
 83 Noroeste que registre que o processo será baixado em diligência. Eu agradeço todas as contribuições dos
 84 conselheiros, conselheiras, também do empreendimento e do IEF.” 8.2) **Fabício Cesar Paiva. Paracatu/MG.**
 85 **PA/SEI/Nº 2100.01.0019830/2021-42. Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa para uso**
 86 **alternativo do solo. Área Requerida: 1,0462 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção com**
 87 **supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP). Área Requerida: 0,2104 ha.**
 88 **Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica.**
 89 **Apresentação: URFBio Noroeste).** Processo retirado de pauta pela Presidência por ter sido pautado
 90 equivocadamente, considerando não ter havido o conhecimento do recurso. 8.3) **Fabiane Cristina Diniz Pinheiro**
 91 **e Outro. Arinos/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0017017/2023-36. Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura**
 92 **vegetal nativa para uso alternativo do solo. Área Requerida: 12,0496 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000**
 93 **ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP). Área**
 94 **Requerida: 3,4263 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração:**
 95 **Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.** Processo baixado em diligência pela Presidência, após discussão
 96 nesta sessão, para esclarecimento de dúvidas, conforme destacado a seguir. Conselheira Carolina Frare

97 Lameirinha/MPMG: “Eu gostaria de perguntar ao Marcos se tem alguma orientação técnica, alguma instrução,
 98 tanto do IEF quanto da FEAM, a respeito da compreensão da expressão ‘estruturas correlatas’, porque é essa
 99 divergência que vai possibilitar a solução do caso. O empreendedor está sustentando que as estradas e a sede
 100 não integram, e o IEF está sustentando que integra. Porque imagina se votamos falando que não é competência
 101 do IEF e chega à FEAM e o entendimento é diverso daquele órgão ambiental. Então existe um alinhamento dos
 102 órgãos a respeito? Para além daquilo que está escrito na DN. Porque vimos, o texto é claro, no meu entender, eu
 103 comungo da interpretação do IEF, mas entendo que existe uma possibilidade de interpretação diversa. Então eu
 104 gostaria de saber se o órgão ambiental já se posicionou sobre essa questão.” Marcos Roberto Batista
 105 Guimarães/URFBio Noroeste: “Presidente, talvez fosse interessante baixarmos esse processo em diligência e o
 106 órgão licenciador emitir uma manifestação no sentido de se é competente ou não, porque a nossa competência
 107 do IEF é residual. Então, se a FEAM disser ‘olha, esse processo é passivo de licenciamento’... Ótimo. Se a FEAM
 108 disser para o IEF ‘não é passivo de licenciamento’, ótimo. Mas, Dra. Carolina, nós temos muita tranquilidade,
 109 muita consciência, e aí algo que eu já falei nas outras reuniões: nós temos que ter muito cuidado com os debates,
 110 para onde eles vão... Eu sei que é muito curto o espaço, de 1.008 para 1.000 é muito pouco, então talvez o
 111 produtor podia ter diminuído a área de pastagem em 10 hectares. Tudo bem, mas eu não sou consultor ambiental,
 112 não fui eu que protocolei o processo, são percepções que os empreendedores e seus auxiliares têm que ter. Mas
 113 o que eu queria colocar aqui, para pensarmos nessa linha de raciocínio, para não confundir os conselheiros, Dra.
 114 Carolina: o que está debatido pelo empreendedor é que os 16 hectares não são área útil. Então o que está no
 115 recurso é o debate se é ou não é área útil, conforme o que diz a DN. Então o quesito de distância acaba porque,
 116 se chegar à conclusão ‘está descrito na IS, está descrito na 217, o item 7.1 fala ‘estruturas associadas’. As estradas
 117 precisam de autorização para abrir, então precisaria de uma intervenção ambiental. As estradas levam de um
 118 ponto a outro. Mesmo que elas levem para a reserva legal, a reserva legal faz parte do empreendimento, a APP
 119 faz parte do empreendimento, o aceiro faz parte do empreendimento. Então tudo isso é associado, é indelével.
 120 Então eu reitero a minha manifestação e deixo essa sugestão, presidente, de que, caso a senhora e o Conselho
 121 entendam, que a gente traga com uma manifestação do órgão ambiental competente nesse sentido. Mas o IEF
 122 entende objetivamente, porque isso é o nosso dia a dia. Nós indeferimos menos processo porque, no protocolo,
 123 conseguimos ter esse filtro muito rico. Então poderia ter muito mais indeferimento, mas eles nem entram porque
 124 nós conseguimos filtrar. Eventualmente, entra um ou outro, e infelizmente o produtor vai ter essa dificuldade,
 125 esse prejuízo do indeferimento. Mas a gente tenta filtrar isso no protocolo e vem tendo muito sucesso.”
 126 Conselheiro Thiago Diógenes Cardoso Rocha/Siamig: “Presidente, acho a alternativa boa de baixar em diligência,
 127 até porque, como eu já havia mencionado antes, entendo que via rural vicinal pública, por ser infraestrutura de
 128 uso coletivo e de domínio público, não pode ser considerada estrutura associada à atividade agropecuária que o
 129 empreendimento está pretendendo implementar. Então é bom mesmo que se faça esse esclarecimento do que
 130 vem a ser essa estrutura associada, até para podermos tirar essa dúvida para os próximos processos que se
 131 enquadrem da mesma forma. E só estamos discutindo isso justamente pela proximidade que ficou entre 1.008 e
 132 993 hectares, que nos levou ao debate, que eu entendo que é construtivo. Se não tivesse uma área maior, nem
 133 estaríamos discutindo isso. Uma via pública municipal realmente pode fazer diferença nesse caso. Então acho que
 134 é pertinente fazermos esse estudo.” Presidente Kamila Esteves Leal: “Como havia um parecer do IEF e um recurso
 135 também que estávamos deliberando sobre eles, agora com a manifestação do Marcos sugerindo essa baixa em
 136 diligência, eu entendo que, como foi sugerido pelo IEF, eu vou acatar a baixa em diligência. Mas eu venho pedir
 137 porque nós temos que avaliar também que na baixa em diligência às vezes tem uma demora no retorno, para
 138 voltar o processo, e temos que verificar também que temos o empreendimento que está também querendo uma
 139 decisão do processo. Então nós temos também que considerar isso. Então eu vou baixar em diligência, mas vou
 140 pedir à equipe do IEF, se possível, conseguirmos retornar esse processo, se a equipe do IEF pode trazer esse
 141 processo na próxima reunião, para não termos um prejuízo também. Eu vou pedir isso porque, quando tem o
 142 retorno de vista, sabemos que retorna na próxima reunião, e na baixa em diligência não tem um prazo
 143 determinado. Então eu vou pedir esse cuidado da equipe do IEF, se possível, para também deliberarmos esse
 144 processo, porque sabemos que também o empreendimento precisa de uma decisão para poder saber como vai
 145 proceder. Então eu vou pedir esse favor para podermos deliberar na próxima reunião.” **8.4) Idelfonso Ferreira**
 146 **Neto e Outros. Paracatu/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0039156/2023-94. Tipo de Intervenção: Supressão de**
 147 **cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo. Área Requerida: 117,2149 ha. Área Passível de**
 148 **Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio**

149 **Noroeste.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Faemg e vista conjunta solicitada pelo Senar e a
 150 Aprosoja. Justificativas. Conselheiro Leontino Monteiro dos Santos/Faemg: “Eu estou requerendo vista desses
 151 autos para ter um conhecimento melhor.” Conselheira Cristiane Aparecida de Mendonça/Senar: “Por parte do
 152 Senar também nós solicitamos vista para termos uma análise mais criteriosa em relação ao processo.” Conselheira
 153 Ediene Luiz Alves/Aprosoja: “Sendo assim, a Aprosoja também pede vista do processo.” **8.5) Valdeci Davi.**
 154 **Riachinho/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0014565/2023-86. Tipos de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal**
 155 **nativa para uso alternativo do solo. Área Requerida: 150,7980 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha;**
 156 **Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP). Área**
 157 **Requerida: 0,1386 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas**
 158 **nativas vivas. Área Requerida: 306,6318 ha e supressão de 2.485 árvores. Área Passível de Aprovação: 0,0000**
 159 **ha supressão de 0 árvores. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de regeneração: Não se aplica. Apresentação:**
 160 **URFBio Noroeste.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa,
 161 Seinfra, Idene, PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Unaí, Siamig, Aprosoja e Sustenta Minas. Abstenções: MPMG,
 162 Faemg e Senar. Ausência: Zeladoria do Planeta. Justificativas de abstenções (itens 8.5 e 9.1) e de votos contrários
 163 (item 9.1) durante votação em bloco. Conselheira Carolina Frare Lameirinha/MPMG: “Em razão de orientação da
 164 nossa Corregedoria, eu me abstenho de votar, embora registre manifestação favorável ao parecer do órgão.”
 165 Conselheiro Leontino Monteiro dos Santos/Faemg: “Eu vou me abster de votar (item 8.5)... Tentei entrar em
 166 contato com o produtor, não conseguimos, então fica difícil ter uma causa certa para votar no processo, ter
 167 conhecimento correto do produtor. Então por esse motivo eu vou me abster de votar.” Conselheira Cristiane
 168 Aparecida de Mendonça/Senar: “Devido ao não contato – como o Sr. Leontino falou – com o produtor, nós vamos
 169 nos abster do voto no item 8.5; e contrário no item 9.1 porque o sistema do Sicar fora do ar durante seis meses
 170 não possibilitou o produtor ter acesso e fazer o recurso, pedir o recurso.” Conselheiro Leontino Monteiro dos
 171 Santos/Faemg: “No 9.1, eu sou contrário também.” **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO**
 172 **RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL. 9.1) Valmir Quintino da Rocha.**
 173 **João Pinheiro/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0031316/2023-23. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal**
 174 **nativa para uso alternativo do solo. Área Requerida: 10,0000 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.**
 175 **Fitofisionomia: Cerrado Stricto Sensu Ralo. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio**
 176 **Noroeste.** Recurso indeferido por maioria nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Seinfra, Idene,
 177 PMMG, CRBio, MPMG, Prefeitura de Unaí, Siamig, Aprosoja e Sustenta Minas. Votos contrários ao Parecer Único:
 178 Faemg e Senar. Abstenção: MPMG. Ausência: Zeladoria do Planeta. Justificativas de votos contrários ao Parecer
 179 Único e de abstenção conforme registro de votação em bloco no item 8.5. **9.2) Waldir Moreira de Andrade.**
 180 **Unaí/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0058608/2022-51. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa**
 181 **para uso alternativo do solo. Área Requerida: 27,7618 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.**
 182 **Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Não se aplica. Apresentação: URFBio Noroeste.** Recurso
 183 deferido por maioria, contrariando o Parecer Único, que opina pelo indeferimento. Votos favoráveis ao Parecer
 184 Único: PMMG, CRBio e Prefeitura de Unaí. Votos contrários ao Parecer Único: Seapa, Idene, Fiemg, Faemg, Siamig,
 185 Aprosoja, Sustenta Minas e Senar. Abstenção: MPMG. Ausências: Seinfra e Zeladoria do Planeta. Justificativas de
 186 votos contrários ao Parecer Único e de abstenção. Conselheiro Álvaro de Moura Goulart/Seapa: “Eu justifico em
 187 decorrência de celeridade. Nós acabamos de ver um processo anterior parado há mais de ano, então ‘vamos
 188 mexer o doce’, como diz a turma.” Conselheiro Hamilton Viana Neves Júnior/Idene: “Eu vou votar contrário
 189 também. Igual a conselheira explicou, falou a situação hoje do produtor: como ele vai ter de refazer tudo isso de
 190 novo e já vai estar em análise, eu vou voltar contrário para poder analisar de novo e ver se o produtor já tem a
 191 documentação que pediram e que foi arquivado por esse motivo, que não demonstraram os documentos. Mas
 192 eu vou votar contrário para ver se analisa novamente.” Conselheira Carolina Frare Lameirinha/MPMG: “Por
 193 orientação da nossa Corregedoria, eu me abstenho de votar.” Conselheira Monicke Sant’ Anna Pinto de
 194 Arruda/Fiemg: “Eu vou votar contrário, seguindo as orientações da Seapa também, que seguiu na mesma linha,
 195 os demais esclarecimentos; e por entender também que esse produtor já atendeu às razões e também às razões
 196 da intervenção corretiva e também já fez o pagamento. Então essa reanálise vai permitir com que tenha segurança
 197 também para o próprio órgão e para o empreendedor.” Conselheiro Leontino Monteiro dos Santos/Faemg:
 198 “Contrário ao parecer do órgão em virtude de que já foi tudo pago, o produtor já recolheu até as taxas, as multas,
 199 e conforme a explanação da advogada do produtor.” Conselheiro Thiago Diógenes Cardoso Rocha/Siamig: “Eu
 200 estou aderindo a fundamentação da Fiemg, através da Monique, eu vou estar votando contrário.” Conselheira

201 Ediene Luiz Alves/Aprosoja: “Voto contrário, pela celeridade e economia processual tanto do empreendedor
202 quanto do Estado.” Conselheira Daniela Alves Viali/Sustenta Minas: “O meu voto é contrário. Eu entendo pela
203 reanálise do processo e sigo Seapa, Fiemg e as outras entidades que foram contrárias.” Conselheira Cristiane
204 Aparecida de Mendonça/Senar: “Voto contrário também pensando nos argumentos já trazidos pela advogada e
205 pelas demais sustentações dos conselheiros que votaram contrário.” **10) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Carolina
206 Frare Lameirinha/MPMG: “Embora nosso Conselho se refira à região Noroeste, comunicar que o Ministério
207 Público, por meio da Coordenadoria Regional de Meio Ambiente da 5ª Promotoria de Patos de Minas, abriu uma
208 chamada de projetos ambientais para a região de Patos de Minas e municípios adjacentes, para a seleção de cinco
209 projetos, cada qual no limite de até R\$ 50.000, que devem contemplar os municípios especificados na chamada.
210 Vocês podem acessar o teor da chamada no site sementmg.org. É a chamada número 01/2025. E as inscrições
211 dos projetos vão até o dia 25 de março. Podem inscrever projetos quaisquer entidades do terceiro setor que
212 estejam regularmente constituídas e em funcionamento há pelo menos três anos com a finalidade de promoção
213 de defesa do meio ambiente. As ações têm que se referir a municípios da região de Patos, mas a entidade pode
214 ser de outra localidade do Estado. Essa é uma chamada de projeto que tem por finalidade aplicar medidas de
215 compensação ambiental de um TAC firmado pelo Ministério Público na região. É só para divulgar mesmo essa
216 ação e essa chamada de projetos.” Conselheiro Álvaro de Moura Goulart/Seapa: “Antes de ontem, dia 11, foi feita
217 a soltura de peixes, por diversos parceiros, mas foi encabeçada pelo Rotary Clube Rio Preto, na cachoeira de Unaí,
218 através de alevinos doados pela Codevasf, diversas entidades, com parecer técnico do IEF. Peixe Curimatá, peixes
219 da própria bacia... Nós estamos fazendo a nossa parte, e já há dois anos consecutivos... Então reiterar que, mesmo
220 defendendo as questões do produtor rural, nós também somos favoráveis a todas as questões ambientais, com
221 cautela na questão da sustentabilidade. Então nós procuramos conciliar isso de acordo com a nossa consciência
222 à prova. Nós sabemos da necessidade de preservação do meio ambiente. E agradecer a todos pela reunião.” **11)**
223 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Kamila Esteve Leal agradeceu a
224 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

225
226
227
228
229
230

APROVAÇÃO DA ATA

Kamila Esteve Leal
Presidente suplente da URC Noroeste de Minas